

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE CONCILIADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA
COMARCA DE ASTORGA – PARANÁ

DATA: 09/10/2012

INSCRIÇÃO Nº _____

Orientações:

1. A prova possui 40 (quarenta) questões, tendo início às 13h, com término até às 18h.
2. As respostas devem ser feitas à caneta, com tinta de cor preta ou azul.
3. A existência de rasura no gabarito implicará na invalidação da questão.
4. Não é permitido o uso de qualquer tipo de material de consulta.
5. A interpretação da questão é parte integrante do processo seletivo.
6. A resposta dada a questão discursiva deve ser feita com letra legível, sob pena de anulação da questão.

BOA SORTE.

01 – (VUNESP – TJ/MT – 2006) - Sobre o procedimento no Juizado Especial Cível Estadual, é correto afirmar que:

- a) não se admitirá litisconsórcio, nem qualquer forma de intervenção de terceiro ou assistência.
- b) o réu não pode reconvir, mas pode requerer a denunciação à lide e apresentar pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- c) se o juiz entender cabível, poderá ele, de ofício, realizar inspeção em pessoas ou coisas, tendo poderes para excluir provas que considerar impertinentes, devendo ainda reduzir a escrito a prova oral produzida em audiência.
- d) da sentença homologatória de conciliação não caberá recurso, mas da sentença condenatória caberão recurso nominado e embargos de declaração.

02 – (CESPE – OAB -2008) Acerca da Lei dos Juizados Especiais Cíveis (JEC), Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- a) Segundo os princípios da simplicidade e da informalidade que regem o julgamento nos juizados especiais, qualquer que seja o valor da causa, a parte vencida, ainda que não possua capacidade postulatória, pode recorrer da decisão monocrática e requerer a sua revisão pela turma recursal.
- b) O pedido do autor e a resposta do réu podem ser feitos por escrito ou oralmente; as provas orais produzidas em audiência, entretanto, devem ser necessariamente reduzidas a termo escrito, pois nessas demandas não se exige a obediência ao princípio da identidade física do juiz.

c) Como regra, deve ser decretada a revelia do réu que não compareça à audiência de instrução e julgamento, ainda que compareça o seu advogado ou que seja apresentada defesa escrita, pois a presunção de veracidade dos fatos alegados no pedido inicial decorre da ausência do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução.

d) No sistema recursal dos juizados especiais, contra as decisões interlocutórias é cabível o agravo na forma retida, que impede a interrupção da marcha do processo, atendendo aos princípios da celeridade e concentração dos atos processuais, com a finalidade de assegurar a rápida solução do litígio.

03 – (VUNESP – TJ/MT – 2006) Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais são cabíveis os seguintes recursos:

- a) embargos declaratórios e recurso extraordinário.
- b) recurso inominado e embargos declaratórios.
- c) recurso especial e recurso adesivo.
- d) embargos infringentes e agravo de instrumento.

04 – (OAB/PR – 2007) Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais.
- b) segundo a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), se for caso de oferecimento da inicial acusatória, esta terá, como regra, a forma oral, que será reduzida a termo.
- c) o juízo de admissibilidade da acusação formulada será realizado por ocasião da audiência de instrução e julgamento.
- d) os eventuais erros materiais da sentença não poderão ser corrigidos de ofício pelo juiz.

05 – (CESPE – OAB/RJ – 2007) A audiência de instrução e julgamento (AIJ) é ato passível de ser realizado nos procedimentos ordinário, sumário e no previsto pela Lei n.º 9.099/2005, dos juizados especiais cíveis. Entretanto, a finalidade da AIJ nos juizados não é exatamente a mesma daquela realizada nos procedimentos ordinário e sumário, pois, certos atos que, nos juizados, devem ser realizados nessa audiência, já ocorreram anteriormente nos procedimentos ditos comuns. Nesse sentido,

- a) a prova pericial com o auxílio de assistentes técnicos e diligências, que nos juizados só é admitida na AIJ, nos procedimentos ordinário e sumário realiza-se antes dessa audiência.
- b) a conciliação, cuja tentativa pelo juízo ainda é admitida na AIJ do juizado, não mais ocorre na AIJ dos procedimentos ordinário e sumário.

c) a prova testemunhal, que só é admitida na AIJ do juizado, na AIJ dos procedimentos ordinário e sumário só é admitida, respectivamente, na audiência preliminar prevista no art. 331 do Código de Processo Civil (CPC) e na audiência prevista no art. 277 do CPC.

d) a contestação, que nos juizados deve ser apresentada na AIJ, no procedimento ordinário já foi anteriormente apresentada.

06 – (OAB/RS – 2007) Assinale a assertiva incorreta.

a) A denúncia oferecida sem rol de testemunhas não poderá ser recebida, uma vez que, neste caso, a ação penal estará, inevitavelmente, fadada à improcedência.

b) É dispensado o relatório na sentença prolatada em sede de Juizados Especiais Federais.

c) A lei que dispõe sobre o Juizado Especial Criminal possibilita a oposição, mesmo oral, de embargos declaratórios.

d) Durante o prazo de suspensão do processo previsto na Lei no 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), não fluirá o prazo prescricional.

07 – (VUNESP – TJ/SP – 2007) Assinale o arresto correto segundo o disposto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

a) Na hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente a 40 vezes o salário mínimo.

b) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, admitindo-se a assistência e o litisconsórcio.

c) O Juizado Especial Cível possui competência para processamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a 40 salários mínimos, abrangendo aquelas enumeradas no art. 275, inc. I, do Código de Processo Civil, também a ação de despejo para uso próprio e de seu companheiro.

d) Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes poderão comparecer pessoalmente, e nas de valor superior deverão estar assistidas por advogado.

08 – (TJ/SE – 2004) Quanto ao procedimento a ser adotado nos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

a) A audiência preliminar visa à transação civil e à transação penal.

b) Por não ter sido o réu encontrado para ser citado pessoalmente, o juiz ordenou sua citação por edital, já que isso é compatível com a sistemática da Lei nº 9.099/95.

c) A transação penal independe da aceitação da proposta pelo autor do fato, pois implica a declaração confessa de sua culpa.

d) Diante do princípio constitucional da presunção de inocência, o fato de o acusado estar sendo processado por outro crime não impede a concessão da suspensão condicional do processo.

e) Não há a fase de instrução e julgamento nos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo da Lei nº 9.099/95.

09 – (OAB/MG – 2009) Contra decisão de primeiro grau nos Juizados Especiais Cíveis em favor de seu cliente, foi interposto recurso para a Turma Recursal. Nesse Colegiado, em julgamento do tema envolvendo matéria constitucional, por votação não unânime, restou dado provimento ao recurso e reformada a decisão monocrática. Contra a reforma da decisão de primeiro grau pela Turma Recursal, caberá alguma medida judicial?

- a) Embargos Infringentes para a própria Turma Recursal.
- b) Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- c) Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

10 – (OAB/DF – 2005) No tocante aos Juizados Especiais Criminais, opte pela alternativa CORRETA:

- a) Considera-se infração de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a dois anos, ou multa;
- b) Nas infrações de menor potencial ofensivo, em nenhuma hipótese, impor-se-á a prisão em flagrante ao autor do fato delituoso;
- c) A transação penal acolhida pelo juiz não poderá ser levada em conta para fins de reincidência, mas poderá gerar maus antecedentes criminais;
- d) Se houver descumprimento da pena restritiva de direitos imposta em razão de transação penal, será ela convertida em pena privativa de liberdade.

11 – (TJ/SC – 2009) Assinale a alternativa correta:

I. As infrações de menor potencial ofensivo e as contravenções penais são de competência dos Juizados Especiais Criminais, exceto quando perpetradas em detrimento de bens, serviços e interesse da União, caso em que a competência será da Justiça Federal.

II. Em regra a competência será determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou no caso de tentativa, no lugar onde se iniciou a execução; quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

III. Quando a ação penal tiver por objeto crime cuja sanção máxima seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade, adotar-se-á o procedimento sumário, cuja audiência de instrução deve ser realizada no prazo máximo de 30 dias, podendo ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação e cinco pela defesa.

IV. O interrogatório do réu preso será realizado, em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do

membro do Ministério Público e dos auxiliares da justiça, bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

12 – (CESPE – OAB 2006) Assinale a opção correta de acordo com o STJ e o STF.

- a) A oitiva da vítima é prova imprescindível para a condenação penal.
- b) Encontra-se consolidado no STJ o entendimento sobre a impossibilidade de oferecimento, de ofício, pelo magistrado, de transação penal, conforme prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, uma vez que se cuida de atribuição exclusiva do Ministério Público.
- c) O exame de corpo de delito, em regra, é dispensável para a demonstração da materialidade nos casos de crimes que deixam vestígios.
- d) Eventuais defeitos porventura existentes no auto de prisão em flagrante têm o condão de, por si só, contaminar o processo e ensejar a soltura do réu.

13 – (OAB/PR – 2006) Sobre a transação penal na forma da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a transação penal é cabível nos casos de ação penal pública.
- b) a lei estabelece diversos requisitos para a proposta de transação penal pelo Ministério Público, tal como não ter sido o autor da infração condenado, pela prática de outro crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- c) aceita a proposta pelo autor da infração e por seu defensor, o juiz deve homologar o acordo, sendo a decisão irrecorrível.
- d) a imposição da sanção por meio da transação penal não constará de certidão de antecedentes criminais.

14 – (OAB/PR – 2006) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o rito dos crimes dolosos contra a vida (Tribunal do Júri) e o rito dos crimes cometidos por funcionário público admitem manifestação da defesa antes do juízo de admissibilidade da inicial acusatória (denúncia ou queixa).
- b) o rito das ações penais originárias e o rito dos Juizados Especiais Criminais admitem manifestação da defesa antes do juízo de admissibilidade da inicial acusatória (denúncia ou queixa).
- c) o rito da nova lei de tóxicos e o rito ordinário admite manifestação da defesa antes do juízo de admissibilidade da inicial acusatória (denúncia ou queixa).
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

15 – (EJEF – TJ/MG – 2007) Marque a alternativa INCORRETA. Na sistemática adotada pela Lei dos Juizados Especiais Criminais:

- a) os embargos de declaração contra sentença observarão o prazo de até 05 (cinco) dias, contados da ciência da decisão.
- b) os embargos de declaração contra sentença poderão ser opostos oralmente.
- c) os embargos de declaração contra sentença provocarão a interrupção do prazo para o recurso.
- d) os embargos de declaração contra sentença serão admitidos quando houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

16 – São princípios que orientam os Juizados Especiais:

- a) oralidade, simplicidade, impessoalidade, economia processual e celeridade.
- b) oralidade, simplicidade e pessoalidade, não dando prevalência ao princípio da duração razoável do processo.
- c) legalidade, igualdade, dignidade, e simplicidade.
- d) simplicidade, formalidade, oralidade, economia processual e celeridade.

17 – (TJ/MG – 2006) No âmbito do controle de constitucionalidade das leis, a cláusula de reserva de plenário não se aplica:

- a) aos tribunais de justiça dos Estados com número inferior a vinte e cinco julgadores;
- b) aos tribunais de justiça dos Estados com número superior a vinte e cinco julgadores;
- c) ao Superior Tribunal de Justiça;
- d) aos órgãos recursais de 2º grau dos juizados especiais

18 – (OAB/RS – 2006) Em procedimento previsto na Lei dos Juizados Especiais (Lei no 9.099/1995), após infrutíferas as propostas de conciliação e de transação penal, aberta a audiência de instrução e julgamento (art. 81), o primeiro ato processual será

- a) a concessão da palavra ao defensor para responder à acusação.
- b) o interrogatório do réu.
- c) o recebimento ou não pelo juiz da denúncia ou queixa.
- d) a oitiva da(s) testemunha(s) de acusação.

19 – (CESPE – TJ/RS – 2008) Acerca dos juizados especiais cíveis (JECs), nos termos da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- a) Compete ao JEC a liquidação e execução de seus próprios julgados, desde que o valor a ser liquidado ou executado não seja superior a 40 salários mínimos. Nessa situação, o título executivo judicial deverá ser processado perante o juízo cível a quem couber por distribuição aleatória.
- b) Em relação aos JECs, o legislador reconheceu o princípio da oralidade como norteador do procedimento e, para a verificação da competência, considerou que o

valor da causa deve corresponder ao benefício econômico que o autor poderia experimentar, no caso de procedência do pedido.

c) É da competência absoluta do JEC o julgamento de causa que não exceda quarenta salários mínimos e cuja prova não dependa de conhecimentos técnicos que exijam perícia.

d) Uma ação de despejo por falta de pagamento de aluguéis pode ser proposta perante o JEC, desde que o valor da causa não seja superior a quarenta salários mínimos.

e) De sentença proferida caberá recurso no prazo de 10 dias, sendo o julgamento de competência do próprio juizado, por turma recursal. Havendo sucumbência recíproca, ao recurso interposto por qualquer das partes poderá aderir a outra parte, assim que intimada para apresentar contra-razões ao recurso principal.

20 – (TRT/PR – 2007) Considere as seguintes proposições:

I. O recurso adesivo é espécie de recurso que deve observar os mesmos requisitos de admissibilidade do recurso principal (por exemplo, quanto ao preparo).

II. Embora não caiba recurso especial contra decisão final proferida nos juizados especiais cíveis, contra a mesma decisão é cabível recurso extraordinário (desde que demonstrados os demais requisitos de admissibilidade deste recurso, como, por exemplo, a repercussão geral da questão constitucional).

III. É irrecorrível a decisão que determina a retenção de recurso extraordinário ou especial.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas a proposição II está correta;
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas;
- e) Apenas a proposição I está correta.

21 – (EJEF – TJ/MG – 2007) Segundo a Lei dos Juizados Especiais Criminais, aberta a audiência de instrução e julgamento, o juiz, depois de receber a denúncia, observará a seguinte ordem:

a) concederá a palavra ao defensor para responder a acusação, ouvindo, após, a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando a seguir o acusado, se presente, passando imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

b) realizará a oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, interrogando a seguir o acusado, se presente, passando imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

c) concederá a palavra ao defensor para responder à acusação, interrogando a seguir o acusado, se presente, ouvindo, após, a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, passando imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

d) interrogará o acusado, se presente, ouvindo, após, a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, passando imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

22 – (FGV - TJ/PA – 2005) No procedimento dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa falsa.

- a) A competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) Em qualquer tipo de ação penal, a composição dos danos civis acarretará a extinção do processo.
- c) Poderá ser realizada a transação penal, com a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, mesmo na hipótese de ação penal pública incondicionada.
- d) Caberá apelação da decisão que homologar a proposta de transação penal feita pelo Ministério Público.
- e) Acolhendo a proposta de transação penal feita pelo Ministério Público, e aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência.

23 – (FGV – TJ/PA – 2007) Em tema de Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz encaminhará o termo circunstanciado ao juízo comum para a adoção do procedimento previsto em lei.
- b) Obtida a composição dos danos civis, em crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público deverá promover o arquivamento do termo circunstanciado.
- c) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, salvo se o autor da infração tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de 10 (dez) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, por meio de transação penal.
- d) Não cabe aplicação de penas alternativas ou substitutivas.
- e) Caberá apelação da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

24 – (TJ/DF – 2006) - Y. A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando violar literal dispositivo de lei. - O preceptivo que autoriza rescisão de sentença por violação da ordem jurídica positiva é abrangente, cingindo inclusive direito estrangeiro. - W. Na esfera dos juizados especiais, cabe reclamação para o Supremo Tribunal Federal, nos casos em que o presidente da Turma Recursal, nega trânsito a agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitiu recurso extraordinário. - O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária. - Z. O representante do Ministério Público será ouvido como testemunha em dia, hora e

local previamente ajustados com o juiz ou autoridade competente. - Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda estiver fundada em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais, ainda que se trate de texto constitucional.

- a) As assertivas dos conjuntos "Y", "W" e "Z" estão erradas.
- b) As assertivas dos conjuntos "Y", "W" e "Z" estão corretas.
- c) Somente o contido no conjunto "Z" está correto.
- d) Estão corretas somente as assertivas contidas nos conjuntos "Y" e "W".

25 – (VUNESP – TJ/SP – 2006) A Lei n.º 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais, determina, com relação aos atos processuais, que

- a) sua prática em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação, exceto por correspondência eletrônica.
- b) atendidos os critérios estabelecidos em lei, serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- c) não é necessário tenha havido prejuízo para que se pronuncie nulidade.
- d) os considerados essenciais serão gravados em fita magnética ou equivalente, dispensadas as notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- e) não poderão ser realizados em horário noturno.

26 – (EJEF – TJ/MG – 2008) No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis estaduais são cabíveis os seguintes recursos:

- a) recurso inominado, embargos de declaração e recurso extraordinário.
- b) recurso inominado, agravo de instrumento e embargos de declaração.
- c) recurso inominado, embargos de declaração e recurso especial.
- d) recurso inominado, embargos de declaração e embargos infringentes.

27 – Os juizados Especiais Cíveis possuem competência para processar e julgar as causas de menor complexidade. Podem ser consideradas causas de menor complexidade:

- a) As ações de despejo de qualquer natureza, desde que respeitado o limite quanto ao valor do imóvel de acordo com o valor de alçada fixado pela Lei.
- b) As ações possessórias.
- c) As ações enumeradas pelo art. 275 do Código de Processo Civil (rito sumário).
- d) As ações falimentares, desde que o capital social da Pessoa Jurídica em questão esteja integralizado e corresponda a montante inferior ao limite previsto em Lei.

28 – (OAB/2012) A empresa Cristal Ltda., atendendo à solicitação da cliente Ruth, realizou orçamento para prestação de serviço, discriminando material, equipamentos, mão de obra, condições de pagamento e datas para início e término

do serviço de instalação de oito janelas e quatro portas em alumínio na residência da consumidora. Com base no narrado acima, é correto afirmar que:

- a) o orçamento terá validade de trinta dias, independentemente da data do recebimento e aprovação pela consumidora Ruth.
- b) Ruth não responderá por eventuais acréscimos não previstos no orçamento prévio, exceto se decorrente da contratação de serviço de terceiro.
- c) o valor orçado terá validade de dez dias, contados do recebimento pela consumidora; aprovado, obriga os contraentes, que poderão alterá-lo mediante livre negociação.
- d) uma vez aprovado, o orçamento obriga os contraentes e não poderá alterado ou negociado pelas partes, que, buscando mudar os termos, deverão fazer novo orçamento.

29 – (OAB/2012) Franco adquiriu um veículo zero quilômetro em novembro de 2010. Ao sair com o automóvel da concessionária, percebeu um ruído todas as vezes em que acionava a embreagem para a troca de marcha. Retornou à loja, e os funcionários disseram que tal barulho era natural ao veículo, cujo motor era novo. Oito meses depois, ao retornar para fazer a revisão de dez mil quilômetros, o consumidor se queixou que o ruído persistia, mas foi novamente informado de que se tratava de característica do modelo. Cerca de uma semana depois, o veículo parou de funcionar e foi rebocado até a concessionária, lá permanecendo por mais de sessenta dias. Franco acionou o Poder Judiciário alegando vício oculto e pleiteando ressarcimento pelos danos materiais e indenização por danos morais.

Considerando o que dispõe o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a respeito do narrado acima, é correto afirmar que, por se tratar de vício oculto,

- a) o prazo decadencial para reclamar se iniciou com a retirada do veículo da concessionária, devendo o processo ser extinto.
- b) o direito de reclamar judicialmente se iniciou no momento em que ficou evidenciado o defeito, e o prazo decadencial é de noventa dias.
- c) o prazo decadencial é de trinta dias contados do momento em que o veículo parou de funcionar, tornando-se imprestável para o uso.
- d) o consumidor Franco tinha o prazo de sete dias para desistir do contrato e, tendo deixado de exercê-lo, operou-se a decadência.

30 – Assinale a alternativa CORRETA sobre os atos processuais:

- a) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- b) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, sem a necessidade de observância de algum tipo de critério.
- c) As nulidades devem ser pronunciadas pelo Juiz, independente de se constatar prejuízo.

d) Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será mantida incólume após o trânsito em julgado da decisão.

31 – Sobre a citação, é correto afirmar que:

- a) será feita exclusivamente por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.
- b) será feita exclusivamente por oficial de justiça.
- c) não se admite citação por edital nas ações que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- d) A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte, e assinada por terceira pessoa, é eficaz para efeito de citação.

32 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- b) Admite-se prova pericial no Juizado Especial Cível.
- c) Cada parte poderá arrolar até 5 (cinco) testemunhas.
- d) O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo uma semana antes da audiência de instrução e julgamento.

33 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis contam-se da juntada do comprovante da intimação aos autos.
- b) A regra de contagem dos prazos observa sistemática própria, não se aplicando as regras previstas pelo CPC ou pelo Código Civil.
- c) É possível, em alguns casos, a acumulação das condições de preposto e advogado, na mesma pessoa.
- d) A audiência de conciliação, na execução de título executivo extrajudicial, é obrigatória e o executado, querendo embargar, deverá fazê-lo nesse momento.

34 – No âmbito jurídico a ideia de dano moral presumido se encontra em diversas orientações, neste sentido assinale a alternativa CORRETA:

- a) A suspensão ou bloqueio do serviço de telefonia caracteriza dano moral.
- b) A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário comporta indenização por dano moral.
- c) É exigível a cobrança de multa por quebra de fidelidade quando o serviço de telefonia apresentar defeito.
- d) A mera inscrição em órgãos de restrição ao crédito baseada em fatura irregular não acarreta dano moral.

e) A suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, sem prévia comunicação, não acarreta dano moral.

35 – Qual pessoa abaixo indicada pode ser parte em processo protocolado perante o Juizado Especial Cível:

- a) A pessoa plenamente capaz, ainda que representada por outra pessoa que goze de sua total capacidade, desde que juntado a devida procuração.
- b) O espólio.
- c) Cessionários de direitos de pessoas jurídicas.
- d) Pessoa jurídica, de direito público ou privado.

36 – Sobre os Recursos no Juizado Especial Cível, assinale a INCORRETA:

- a) Nos juizados especiais, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário.
- b) Da sentença proferida pelo juiz, a parte poderá interpor Recurso Inominado.
- c) Não se admite, em caso algum, a interposição de Recurso Especial perante a decisão proferida pela Turma Recursal.
- d) Nos Juizados Especiais não é cabível o recurso de agravo nas hipóteses dos artigos 544 e 557 do CPC.

37 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A cobrança pelo consumo de energia elétrica não faturada é limitada ao prazo prescricional de 3 (três) anos, contado da data da apuração da irregularidade.
- b) O prazo prescricional das ações de cobrança de seguro obrigatório é de 5 (cinco) anos, ressalvada a hipótese prevista no art. 2.028 do Código Civil.
- c) O pagamento parcial realizado pela seguradora, após o decurso do prazo prescricional, não implica renúncia tácita da prescrição.
- d) O prazo prescricional para o propositura de ação de cobrança de títulos prescritos é de 10 (dez) anos.

38 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos casos em que cabe a ação de locupletamento ilícito, desnecessária a discussão sobre a causa debendi.
- b) A apresentação de cheque pré-datado antes da data ajustada acarreta dano moral.
- c) O emitente do título pode opor exceções pessoais ao portador de boa-fé não integrante do negócio subjacente.
- d) Nos casos de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização será apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação.

39 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Uma Lei local poderá ampliar a competência do Juizado Especial.
- b) É cabível a restituição dos valores pagos pelo consumidor pela expansão de sua rede de energia elétrica anteriores à vigência da Lei n.º 10.438/02.
- c) O condomínio residencial não é legítimo para propor ação no Juizado Especial.
- d) A responsabilidade das concessionárias de pedágio é objetiva.

40 – Considere a seguinte situação: Augusto ingressa com uma ação de cobrança em face de Rodrigo para cobrar o valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos) constante em título executivo prescrito. Na carta de citação expedida ao Reclamado constava que o prazo para contestar era de 5 (quinze) dias, o qual findava antes da audiência de conciliação designada. No dia da audiência Rodrigo compareceu acompanhado de advogado, todavia verificou-se que não foi apresentada contestação. Diante disso o advogado do Reclamante pediu a decretação da Revelia pela ausência de contestação, mesmo com o Reclamado presente na sessão. Considerando o exposto, é correta a aplicação de revelia no presente caso? Elabore uma decisão na qual resolva o pedido feito pelo Reclamante.

(obs.: não se admitirá decisão no sentido de fazer conclusos os autos para análise do Juiz Titular ou Leigo).

GABARITO OFICIAL

- 01. D
- 02. C
- 03. A
- 04. D
- 05. D
- 06. A
- 07. D
- 08. A
- 09. B
- 10. A
- 11. B
- 12. B
- 13. C
- 14. B
- 15. C
- 16. C
- 17. D
- 18. A
- 19. B
- 20. C
- 21. B
- 22. B
- 23. A
- 24. D
- 25. B
- 26. A
- 27. B
- 28. C
- 29. B
- 30. A
- 31. D
- 32. A
- 33. D
- 34. B
- 35. B
- 36. D
- 37. A
- 38. C
- 39. D
- 40. Enunciado 11 do Fonaje.